



OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO: PERGUNTAS E RESPOSTAS

Nações Unidas

O que são os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)?

- Os ODM resumem os objectivos de desenvolvimento acordados em conferências internacionais e cimeiras mundiais celebradas nos anos 90. No final da década, os dirigentes mundiais definiram claramente os objectivos e metas fundamentais na Declaração do Milénio, aprovada em Setembro de 2000.
- Este novo conjunto, que é conhecido por "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio", inclui 8 objectivos, 18 metas e mais de 40 indicadores. Conta com o apoio político do mundo inteiro, uma vez que foi subscrito por 189 países. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou esses objectivos no contexto do Plano do Secretário-Geral para a Aplicação da Declaração do Milénio.
- Os ODM, que deverão ser alcançados entre 1990 e 2015, incluem:
 - Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome
 - Alcançar o ensino primário universal
 - Promover a igualdade entre os sexos
 - Reduzir a mortalidade de menores de 5 anos em dois terços
 - Reduzir a mortalidade materna em três quartos
 - Inverter a tendência de propagação do VIH/SIDA, malária e tuberculose
 - Garantir a sustentabilidade ambiental
 - Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento

Estamos no bom caminho para alcançar os ODM até 2015?

- Uma simples extrapolação das tendências da pobreza desde 1990 parece indicar que o mundo vai conseguir reduzir para metade a pobreza extrema até 2015. Infelizmente, a realidade é mais complexa e decididamente menos satisfatória. Se excluirmos a China, os progressos têm sido inferiores a metade da taxa necessária. O número de pessoas que sofrem de privação de rendimento na África a sul do Sara, no Sul da Ásia e na América Latina juntas teve um aumento de 10 milhões anuais desde 1990.
- Actualmente, estima-se que 1200 milhões de pessoas lutem todos os dias por sobreviver com menos de 1 dólar por dia, um número semelhante ao de há uma década.
- Os progressos no que se refere aos outros objectivos também são variados. Em 1990, foi fixado o objectivo da "educação para todos" em 2000. Um aspecto positivo a assinalar é que a desigualdade entre os sexos na esfera da educação sofreu uma redução para metade, mas a triste verdade é que, nos anos 90, só se registou um décimo dos avanços necessários. Não surpreende, por isso, que a realização do objectivo tenha sido transferida para 2015; mas, ao ritmo actual, a promessa de garantir educação a todas as crianças também não será cumprida, se os progressos não se verificarem a um ritmo quatro vezes mais rápido.
- Embora o objectivo de reduzir para metade a percentagem da população que carece de acesso a água potável até 2015 pareça ser possível de atingir, estatísticas recentes mostram que os progressos podem não ser sustentáveis, devido ao crescimento demográfico, ao desperdício, à urbanização e à poluição causada pela industrialização.
- Os progressos em matéria de mortalidade de crianças e materna, de malnutrição, de acesso a água potável e saneamento adequado abrandaram nos anos 90, em comparação com décadas anteriores. Devido à epidemia da SIDA, ao ressurgimento de outras doenças (malária, tuberculose) e à deterioração dos serviços de saúde, as condições agravaram-se acentuadamente nos anos 90.

Os ODM podem ser alcançados a custos acessíveis?

- Sim, são acessíveis em termos financeiros e tecnicamente viáveis. Contudo, vários países irão necessitar de um aumento considerável da ajuda ao desenvolvimento, de melhores políticas e de instituições mais fortes.
- Nos países em desenvolvimento, as condições são, muitas vezes, más devido ao investimento insuficiente nos serviços sociais básicos e a medidas públicas que incidem sobre uma esfera demasiado limitada -- os serviços sociais básicos deveriam compreender um pacote que integrasse o ensino básico, a saúde primária, a saúde reprodutiva, a nutrição, a água e o saneamento.
- É irrealista esperar que os países mais pobres alcancem os ODM sem um apoio internacional adicional. Os progressos na África a sul do Sara têm sido cada vez menores; o VIH/SIDA está a comprometer o desenvolvimento humano.

Os ODM têm lógica do ponto de vista económico?

- A rentabilidade do investimento no desenvolvimento humano nos países de baixo rendimento é muito elevada. Muitos países foram apanhados na armadilha da pobreza, má nutrição, baixo nível de educação, acesso limitado a água salubre e, frequentemente, de um rápido crescimento demográfico. Muitos dos países mais pobres têm muitos problemas, em consequência de limitações geográficas extremas: é o caso dos países sem litoral e dos pequenos estados insulares, dos países separados dos mercados mundiais por grandes distâncias, daqueles onde existem doenças tropicais, uma extrema degradação do ambiente ou se fazem sentir alterações climáticas.
- Estas condições -- algumas das quais foram criadas por seres humanos, enquanto as outras são físicas -- explicam por que motivos os fluxos de capitais e de investimento directo estrangeiro passam ao lado de muitas regiões de baixo rendimento. Será necessária uma ajuda suplementar para libertar os países da armadilha da pobreza.
- O investimento no desenvolvimento humano acelerará os avanços rumo à consecução dos ODM e incentivará também o crescimento económico, criará mais emprego, aumentará a produtividade das pessoas e gerará receitas fiscais suplementares, convertendo, assim, a estabilidade macroeconómica num objectivo mais viável. Os ODM não podiam ter mais lógica do ponto de vista económico.

Será possível superar o défice de recursos?

- Segundo as estimativas de custos feitas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial e a Organização Mundial de Saúde (OMS), para se alcançar a maior parte dos ODM serão necessários mais 50 mil milhões de dólares anuais de ajuda ao desenvolvimento. Isto significa duplicar os níveis actuais dessa ajuda.
- Embora esse número possa parecer elevado em valor absoluto, representa cerca de um quinto de 1% do rendimento dos países doadores.
- Tendo em conta os benefícios que se esperam conseguir vencendo a pobreza e permitindo que as pessoas tenham uma vida mais saudável, longa e produtiva, os ODM constituem uma excelente oportunidade de investimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e a redução da dívida podem dar um contributo decisivo?

- A ajuda resulta, quando é canalizada para as necessidades de desenvolvimento. Os resultados de todos os projectos de saúde demonstram-no claramente; a título de exemplo, poderíamos citar os programas de luta contra as doenças (tracoma, dracunculose, oncocercose e esquistossomiase) apoiados pelo Centro Carter, a erradicação da varíola e da poliomielite e as campanhas para alargar a imunização.
- A APD e a redução da dívida serão indispensáveis, especialmente para os países menos avançados. A APD total situa-se agora a um nível que equivale apenas a um terço da meta acordada de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) conjunto dos países desenvolvidos. O montante que falta para atingir essa meta ronda os 125 mil milhões de dólares por ano. Embora a maioria dos países tenha ficado aquém da meta acordada, a Dinamarca, os Países Baixos, a Noruega e a Suécia concederam efectivamente 0.7% do seu PIB.

- Um estudo recente dos gastos orçamentais de mais de 30 países em desenvolvimento apurou que dois terços gastam mais no serviço da dívida do que em serviços sociais básicos. Alguns deles chegam a gastar cinco vezes mais com a dívida. Na África a sul do Sara, os gastos dos governos para cumprirem os seus compromissos financeiros para com credores externos equivalem a mais do dobro dos gastos em que incorrem para cumprir as suas obrigações sociais para com o seu povo. O serviço da dívida absorve, com frequência, entre um terço e metade do orçamento nacional, o que faz com que a estabilidade macroeconómica seja um objectivo inatingível.
- A iniciativa relativa aos Países Pobres Muito Endividados (PPME) continua a ser a melhor esperança de resolução da crise da dívida, mas a sua aplicação continua a ser terrivelmente lenta; aliás, a própria iniciativa deveria ser alargada e aprofundada. A iniciativa PPME reforçada foi lançada em 1999; é animador verificar que o Uganda -- o primeiro país a receber apoio no seu âmbito -- gasta a maior parte do dividendo da dívida no ensino primário e com os órfãos da SIDA. Devemos velar por que a sustentabilidade da dívida seja avaliada em função das necessidades humanas reais e da capacidade dos países no que diz respeito a mobilizarem os recursos necessários para alcançar os ODM.

Não será o comércio mais importante do que a ajuda?

- É, mas ambos são necessários. O acesso das exportações -- de produtos agrícolas, vestuário e têxteis -- dos países pobres aos mercados dos países ricos aceleraria significativamente o crescimento e criaria postos de trabalho, promovendo assim o desenvolvimento humano e reduzindo a pobreza. Mas, por si só, o comércio não gerará os recursos suficientes para permitir que os países mais pobres atinjam esses objectivos.
- Serão necessários mais recursos financeiros para abordar as esferas decisivas da saúde, educação e ambiente. Sem mais fundos, os países mais pobres não poderão simplesmente satisfazer as necessidades de serviços de saúde e educação e de saneamento e água e não poderão superar outros desafios cruciais.
- Os mercados continuam fechados em domínios que são uma preocupação prioritária dos países mais pobres: têxteis e vestuário e produtos agrícolas transformados. O Gana, por exemplo, pode exportar para a Europa os grãos de cacau que produz, sem pagar quaisquer direitos, mas tem de pagar mais de 25% de direitos aduaneiros sobre o chocolate transformado; a transformação de alimentos é transferida para a Europa, o que priva o Gana de uma base industrial que lhe permita escapar à pobreza.
- As capacidades humanas e institucionais são elementos complementares necessários para que os países possam beneficiar da abertura do comércio. Os países pobres carecem, com frequência, destes elementos, pelo que a "ajuda ao comércio" continua a ser muito importante, mesmo que os fluxos de capital privado e de investimento directo estrangeiro continuem a aumentar.

Será que os países têm capacidades suficientes para gerir fundos suplementares?

- Só por si, os recursos não serão suficientes para garantir que os países pobres alcancem os objectivos, mas os recursos fornecidos pelos doadores podem ter um papel importante no reforço da sua capacidade de utilizar recursos de uma forma eficaz. Este é um aspecto a que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) presta especial atenção no contexto do seu trabalho em muitos países, em parceria com os governos, os doadores e a sociedade civil.
- É preciso reforçar as capacidades humanas e institucionais. Cobrar impostos de uma forma eficaz e equitativa, velar por que as prioridades orçamentais reflectam os ODM e influenciem os gastos efectivos, elaborar um orçamento sensível às questões de género e harmonizar a ajuda com as prioridades nacionais e sub-nacionais exige fortes capacidades a nível nacional. Trata-se de objectivos políticos, mas também de necessidades de gestão onerosas. A ajuda dos doadores pode melhorar de uma maneira impressionante a prestação de serviços e ajudar os países empenhados em melhorarem a sua situação.

O que são os relatórios sobre os ODM por país?

- O PNUD apoia o acompanhamento dos ODM ao nível de cada país, trabalhando em parceria com outros organismos da ONU, para dar continuidade aos esforços dos governos nacionais e promover a participação da sociedade civil e do sector privado. A principal premissa é que os relatórios por país podem ajudar a acelerar os progressos; podem também ajudar a fazer passar os ODM do nível mundial para o nível nacional, uma vez que foram estabelecidas ligações inadequadas entre a fixação de metas globais e a definição de prioridades nacionais.

- Os relatórios por país visam ajudar a sensibilizar as pessoas, promover estudos, trabalhos académicos e debate em torno dos grandes desafios em matéria de desenvolvimento, estabelecer alianças mais fortes, renovar o compromisso político e ajudar os países pobres e os doadores a criarem as parcerias mais fortes, melhor financiadas e mais fiáveis que são necessárias para garantir o êxito.
- Os relatórios por país dão uma rápida visão dos progressos conseguidos, tendo em vista ajudar a centrar o debate nacional nas prioridades de desenvolvimento concretas, as quais, por sua vez, desencadearão acção -- em termos de reformas das políticas, de mudanças institucionais e de afectação de recursos.
- A sua principal audiência são os meios de comunicação social e o público em geral, Os relatórios por país devem ser análises breves e de fácil leitura que transmitam rapidamente mensagens de uma forma não técnica. Deverão também suscitar uma análise mais profunda ao nível de cada país. Têm como ponto de partida relatórios já existentes – como as Avaliações Comuns de Países, os Documentos sobre Estratégias de Redução da Pobreza ou os Relatórios Nacionais sobre o Desenvolvimento Humano – a fim de minimizar o fardo que a obrigação de apresentar relatórios representa para cada país.
- Até agora, foram já publicados dez relatórios de países – relativos à Bolívia, Camboja, Camarões, Chade, Madagáscar, Maurícia, Nepal, Senegal, Tanzânia e Vietname. Confirmam que os progressos quanto aos ODM são variados. Quase 40 relatórios por país deverão estar concluídos até ao final de 2002. A intenção é que todos os países em desenvolvimento e em transição produzam pelo menos um relatório sobre os ODM até ao final de 2004.

Porquê uma campanha mundial sobre os ODM?

- É necessária uma campanha mundial para colmatar as lacunas entre as mensagens simples, que são necessárias para promover as causas (por exemplo, o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia), e a realidade mais complexa da pobreza. Para que os "objectivos no papel" se tornem uma realidade prática para milhões de pessoas, é preciso que a atenção e a acção públicas se centrem claramente na redução da pobreza e no desenvolvimento humano.
- A campanha visa manter a atenção e a acção mundiais concentradas nos ODM. Nos países desenvolvidos, a campanha centrar-se-á em: defender publicamente a ajuda e a redução urgente da dívida, com base na comprovação dos resultados; garantir que a ajuda seja atribuída a sectores e serviços relevantes para os ODM; e abrir mais os mercados aos países em desenvolvimento, sobretudo aos países menos avançados.
- Nos países em desenvolvimento, a campanha centrar-se-á em mobilizar os recursos internos, estabelecer prioridades em termos de gastos orçamentais relacionados com os ODM e reforçar os direitos humanos, a democracia e a boa governação, conforme estipula a Declaração do Milénio. Cada um destes objectivos deve ser prosseguido por meios que sejam sensíveis ao contexto do país e aos grupos-alvo. Será absolutamente crucial que as actividades da campanha sejam adaptadas às circunstâncias concretas de cada país.
- Uma "campanha permanente", que prossiga ininterruptamente até 2015, ajudará a transformar o debate político e intelectual a nível nacional e mundial e a tornar os ODM uma prioridade; a criar planos de actividades firmemente assentes em informação sobre como alcançar os objectivos; a formar grupos esclarecidos que apoiem o aumento das despesas de saúde e educação, demonstrando a elevada rentabilidade desses gastos; e a insistir na equidade e nos direitos humanos como elementos integrantes dos ODM.
- Embora os esforços possam começar com palavras de ordem simples, como acabar com a pobreza que representa viver com um dólar por dia, se se pretender manter a campanha e permitir que mude o debate político e, por conseguinte, as prioridades das políticas sectoriais, há que, como Rowntree* fez no Reino Unido, no início do século XX, conhecer a fundo os factos e as conclusões e gerar o debate sobre os ODM ao nível das universidades e das políticas sectoriais bem como no plano político. Se for bem sucedida, a campanha ultrapassará rapidamente a sua simplicidade inicial e demonstrará ao mundo as coisas espantosas que podemos conseguir, quando usamos a nossa inteligência e nos empenhamos de corpo e alma.

* Benjamin Seebohm Rowntree (1871-1904), homem de negócios e filantropo inglês, é conhecido por suas pesquisas sobre pobreza na cidade de York e por seus estudos sobre gestão.